

Sexta-Feira, 01 de Maio de 2026

Arrecadação do governo federal bate recorde em 2024; veja os principais motivos

MAIOR PATAMAR DA HISTÓRIA

g1

Embalada pelo ritmo forte de crescimento da economia – estimado em 3,5% pelo mercado financeiro – e também pelos aumentos de impostos propostos pelo governo e aprovados pelo Congresso Nacional, a **arrecadação federal bateu recorde histórico em 2024.**

Segundo números divulgados nesta terça-feira (28) pela Receita Federal, o total arrecadado no último ano pelo governo federal, em impostos e contribuições federais, foi de **R\$ 2,65 trilhões**. Um **aumento real (acima da inflação) de 9,6% contra o ano anterior.**

Em valores corrigidos pela variação dos preços, a arrecadação totalizou R\$ 2,7 trilhões no ano passado, contra R\$ 2,47 trilhões em 2023.

O resultado ocorre após o governo ter adotado uma série de medidas, algumas delas aprovadas no Congresso Nacional. Entre as ações tomadas, estão:

De acordo com a Receita Federal, **a tributação de fundos exclusivos gerou um aumento de R\$ 13 bilhões na arrecadação no ano passado, enquanto a atualização do IRRF sobre "offshores" contribuiu com outros R\$ 7,67 bilhões.**

"Estamos tratando de trazer para a tributação aqueles que não estavam, como os fundos fechados, ou fundos em outros países [offshores], que passaram a recolher IR como a classe média sempre recolheu. É uma medida de justiça fiscal na veia. Estamos apenas trazendo para a mesma tributação da classe média os superricos", disse o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

Houve, ainda, o ingresso de R\$ 4 bilhões em IRPJ e CSLL, considerados "atípicos", contra R\$ 5 bilhões em 2023, e uma **arrecadação de R\$ 18 bilhões decorrentes de "ações de conformidade", ou seja, da fiscalização e orientação do Fisco.**

Além das medidas de aumento de impostos, o Fisco argumenta que o **crescimento da economia também contribuiu para a arrecadação recorde de 2024**, como mostram números da produção industrial, da venda de bens e serviços, da massa salarial e das importações.

Análise da arrecadação | janeiro a dezembro

DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS

PRINCIPAIS FATORES

INDICADORES MACROECONÔMICOS

| INDICADOR | VAR. % | |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| | DEZ/23-SET/24 | DEZ/23-OUT/24 |
| | DEZ/22-SET/23 | DEZ/22-OUT/23 |
| . PRODUÇÃO INDUSTRIAL (PIM/IBGE) | 2,82% | 3,24% |
| . VENDAS DE BENS (PMC/IBGE) | 3,95% | 4,35% |
| . VENDAS DE SERVIÇOS (PMS/IBGE) | 2,50% | 2,80% |
| . MASSA SALARIAL (NOMINAL) | 11,77% | 11,77% |
| . VALOR EM DÓLAR DAS IMPORTAÇÕES | 9,40% | 9,60% |

Obs.: os índices divulgados na tabela acima são relativos aos fatos geradores da arrecadação divulgada.



MINIS

Crescimento da economia estimula arrecadação em 2024 — Foto: Reprodução de apresentação da Receita Federal

Segundo Barreirinhas, da Receita Federal, os números da arrecadação refletem "resultado espetacular de reativação da economia".

"Tivemos reativação de setores inteiros da economia, que passaram a recolher, ou voltaram a recolher valores relevantes de tributos. É bom também destacar a mínima histórica do desemprego no Brasil, com crescimento da massa salarial", acrescentou.

Equilíbrio das contas

A alta da arrecadação esteve na mira do governo para tentar zerar o rombo das contas públicas em 2024. O resultado das contas públicas do ano passado ainda não foi divulgado.

Porém, há um intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual previsto no arcabouço fiscal (a nova regra das contas públicas). Ou seja, não haverá descumprimento da meta se houver déficit de até R\$ 28,75 bilhões.

* Além disso, para fins de cumprimento da meta fiscal, também são excluídos outros R\$ 38,6 bilhões em créditos extraordinários. Esse montante foi reservado para enfrentamento das enchentes no Rio Grande do Sul.

* Há, ainda, R\$ 514,5 milhões foram direcionados para o combate a incêndios, principalmente no pantanal e na Amazônia.

* Também foi concedido um crédito extraordinário de R\$ 1,35 bilhão em favor do Judiciário e do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público).